

ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO DA GUERRA: O CASO DO CONTESTADO

JAISSON TEIXEIRA LINO*

O presente trabalho objetiva apresentar alguns dados sobre pesquisa realizada sobre a guerra do Contestado (1912-1916), cujo enfoque arqueológico busca compreender os processos históricos deste conflito bélico a partir das contribuições que os estudos de cultura material podem oferecer.

1. Síntese da pesquisa.

Desde meados do século XX, a arqueologia vem consolidando seu campo de pesquisa, ampliando de maneira muito produtiva o escopo dos temas e períodos abordados. No bojo destas transformações epistemológicas, cada vez mais se vem inserindo nas agendas de pesquisa aspectos materiais do mundo contemporâneo, rompendo-se com o velho corolário da disciplina, que colocava como objeto de estudo somente aquilo que seria “muito antigo”.

Compartilhando desta noção ampla de pesquisa arqueológica, realizamos uma pesquisa em nível de doutorado cujo objetivo é o de discutir as potencialidades das investigações que possam contribuir com o estudo sobre a Guerra Sertaneja do Contestado. Este conflito bélico aconteceu no sul do Brasil entre os anos de 1912 e 1916, cujo epicentro situou-se na região do meio oeste catarinense, na época disputada pelos Estados do Paraná e Santa Catarina, daí advindo o nome “contestado”.

Os aportes teóricos foram adotados a partir dos conceitos e ferramentas disponíveis para a análise de todo o território em tela, havendo a subárea conhecida como arqueologia da paisagem contribuído sobremaneira para o estudo dos diversos aspectos da guerra de maneira contextual, colocando-se em evidência as múltiplas transformações ocorridas na paisagem cultural da região, para além do período de guerra propriamente dito. Além disso, procuramos explorar conceitos relativos à arqueologia dos conflitos, arqueologia industrial e arqueologia do sagrado, complementados com a discussão das inter-relações possíveis entre arqueologia,

* Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – campus de Chapecó/SC e aluno do programa de doutoramento em “Quaternário: Materiais e Culturas” da Universidade de Trás-os-Montes e Alto-Douro, de Portugal.

história e patrimônio. Em síntese, buscamos levantar as potencialidades da arqueologia na região da guerra do Contestado também no quesito das explicações teóricas.

A metodologia de trabalho foi procedida obedecendo-se as seguintes etapas: 1- Estudo e análise de pesquisas arqueológicas em outros contextos geográficos e temporais, mas com temas similares, refletindo-se sobre as possibilidades de pesquisa; 2-Estudo exaustivo de fontes diversas sobre a guerra do Contestado, realizando-se uma “escavação” nos textos escritos por militares, religiosos, diletantes, historiadores, geógrafos e historiadores; 3-Atividades de campo com o propósito de inventariar as potencialidades de registros de sítios de valor para o estudo arqueológico. Esta última etapa possui implicações diretas com o tema deste simpósio, podendo-se observar a estática do mundo material da guerra vista no presente.

Diante das escolhas teórico-metodológicas, o desenvolvimento do trabalho evidenciou a subdivisão em três grandes temas de interesse para a arqueologia e patrimônio cultural material: 1-Arqueologia do sagrado; 2-Arqueologia industrial e; 3-Arqueologia do conflito, onde se procurou a partir desta diferenciação realizar-se o levantamento de sítios, lugares e cultura material que potencialmente podem contribuir para o avanço das pesquisas sobre o Contestado. Abaixo resumimos cada um destes temas desenvolvidos.

1-Arqueologia do Sagrado: A partir do viés da arqueologia da paisagem, desenvolveu-se um levantamento dos dados bibliográficos que pudessem contribuir para a criação de uma tipologia de sítios sagrados na região do Contestado. Em um primeiro momento, realizou-se uma descrição da formação histórica da paisagem cultural, com foco nos aspectos materiais que contribuíram para a formação cosmológica das populações que ocuparam este espaço em tempos históricos. Após uma breve discussão sobre as concepções teóricas que guiaram a construção interpretativa aqui adotada, se realizou uma análise dos dados levantados a partir da descrição de dados referentes à distribuição geográfica, temporal e aspectos morfológicos das estruturas estudadas. Deste modo, grutas, fontes d’água, cruzeiros, capelas e os quadros santos foram identificados e uma tipologia geral esboçada.

2-Arqueologia industrial: Possuindo relações muito próximas com as causas do conflito, os projetos industriais levados a efeito no sertão Contestado ocasionaram grandes mudanças na paisagem regional, por meio da instalação de empreendimentos

capitalistas de grande impacto, como serrarias e linhas férreas, que serviram de ponto de partida para a colonização de terras outrora em posse da população sertaneja. De interesse da arqueologia, a cultura material de fábricas de madeira e das estradas de ferro foram aqui abordadas, realizando-se um primeiro mapeamento do potencial de pesquisa sobre arqueologia industrial e sua relação com o capitalismo e a modernidade.

3-Arqueologia do conflito: Neste tópico se desenvolveu um estudo referente à cultura material da Guerra do Contestado propriamente dita, ocorrida entre os anos de 1912 e 1916 no planalto sul brasileiro. Por meio de estudo bibliográfico, se evidenciaram sítios e cultura material focados neste conflito bélico de interesse direto para a arqueologia e mais especialmente, para a arqueologia da paisagem. Contudo, antes se fez necessário observar o contexto histórico deste importante episódio da história brasileira, focando-se nas possíveis causas propulsoras da guerra que durou quatro anos, somada a uma breve discussão sobre como a pesquisa arqueológica se insere quando o objeto de pesquisa está relacionado com conflitos. Nesta parte do estudo o foco se concentrou na identificação de sítios como campos de batalhas, redutos santos, acampamentos militares, trincheiras e fortificações.

2. Arqueologia dos conflitos e dos campos de batalhas.

Dentre os temas abordados e acima resumidos, escolhemos aqui realizar uma discussão sobre os aspectos conceituais que permeiam o fazer da arqueologia dos conflitos, e suas contribuições para o tema pesquisado.

A arqueologia dos conflitos tem se estabelecido como uma importante subárea da arqueologia histórica, com a consolidação de um *corpus* de pesquisa crescente nos últimos trinta anos. Apesar desta massa de pesquisas sendo realizada principalmente em países como Estados Unidos e Inglaterra, ainda há muito o que se considerar com relação aos avanços teóricos e a definição objetiva de diversos conceitos que a norteiam (SCOTT, 2009: 299). O próprio termo inclusive que trata de agrupar as investigações arqueológicas que envolvem conflitos diversos varia, usando-se designações como “arqueologia dos conflitos”, “arqueologia dos campos de batalhas”, “arqueologia militar”, “arqueologia dos combates” e assim por diante, geralmente se tratando de traduções livres das expressões já consolidadas em língua inglesa. Para o caso particular deste estudo, importa aqui definir e discutir os conceitos de “arqueologia dos campos de

batalhas”, devido às íntimas implicações para com os aspectos militares envolvidos no conflito bélico, e “arqueologia dos conflitos”, que se aproxima do viés mais crítico relacionando arqueologia e movimentos sociais, e o uso da violência aí envolvida, como no caso da resistência cabocla do Contestado e a reação dos poderes constituídos.

O próprio conceito de campos de batalhas está mais relacionado com a história do que com a arqueologia. Entretanto, Carman (2005: 215-6) aponta para o avanço das pesquisas arqueológicas nestes sítios, e a comprovação notória da utilidade de tais estudos para as contribuições à história militar como um todo. Para o autor, necessita-se definir melhor o que seria de modo crítico e arqueologicamente falando, estes tipos de sítios, visando uma melhor compreensão dos objetivos de pesquisa e o posterior gerenciamento destes bens culturais. Sob este ponto de vista, logo os campos de batalhas necessitam ser vistos em sua dupla existência, como local onde se desenrolaram conflitos bélicos, e como lugar no presente que possuem depósitos arqueológicos e que foi reapropriado pelas populações atuais como ponto de evocação de memórias.

A história das pesquisas arqueológicas tem como “nascimento”, os estudos desenvolvidos junto aos remanescentes materiais do combate de Little Big Horn, em que um grupo de índios Cheyennes e Sioux conseguiu resistir aos ataques do exército norte-americano, massacrando as tropas de General Custer no dia 25 de junho de 1876, durante as chamadas “Guerras Índias”. O local foi sistematicamente pesquisado na década de 1980. Contudo, outros estudiosos, mesmo que de modo eventual, anteriormente já haviam oferecido subsídios para os estudos de conflitos bélicos desde o século XIX, com Little Big Horn servindo como ponto de partida de uma consolidação desta área para os estudos de cultura material das guerras. Como exemplo, houve a iniciativa em meados do século XX do governo ditatorial português de patrocinar pesquisas arqueológicas visando estabelecer uma identidade de origens da nação portuguesa na medievalidade através das guerras e das cruzadas. Os problemas destes estudos pioneiros residem principalmente em tomar o sítio atual como um simulacro do que teria sido na época de sua constituição. Esta “má” experiência, pode ser tomada como aprendizado para os estudos dos sítios do Contestado, pois muitas vezes é mais coerente utilizar-se das descrições da literatura especializada do que propriamente interpretar acriticamente o lugar e seu entorno, principalmente no que se refere aos

aspectos ambientais, que podem ser acessados através de estudos de paleoambiente (CARMAN, 2005: 215-7).

As batalhas necessitam ser conceituadas como categorias bem definidas e os campos de batalhas devem ser classificados como lugares específicos situados na paisagem. Enquanto que na Inglaterra o serviço de patrimônio cultural criou regras para definir o que seria uma batalha, nos Estados Unidos se adotou uma noção mais ampla, que particularmente é aqui adotada para o estudo dos campos de batalha do Contestado, já que há que se ter uma certa fluidez com relação a certos marcadores que designariam uma batalha, podendo-se haver muitos combates que não tenham passado de escaramuças, emboscadas, cercos ou algo semelhante, deixando no entanto registros materiais destes episódios e desta forma podendo ser enquadrado na área de estudo que ora se discute. Outro assunto de suma importância que deve ser discutido é o fato de um campo de batalha ser um lugar, um ponto material e cultural na paisagem. Há dificuldades estruturais de se definir o perímetro destes sítios, devido aos tipos de atividades que ali se desenrolaram, e a sua inter-relação na paisagem, que pode ter mudado no decorrer do tempo. Entretanto, se defende aqui o uso de uma abordagem destes locais em relação à paisagem, embora se cuide para com as implicações das transformações culturais e ambientais ocorridas na região. Este foco possui a vantagem de inserir demais aspectos relacionados com as batalhas, como o itinerário das tropas, os acampamentos, os cemitérios, os armazéns, a locação de tropas não utilizadas nos combates, e assim por diante, expandindo a visão da batalha para além daquele local circunscrito (CARMAN, 2005: 217-20). Além disso, o modo como as pessoas se apropriaram destes lugares e o re-significaram também devem ser foco de estudo dos arqueólogos:

Muitos campos de batalhas históricas são nitidamente marcadas, principalmente pela construção de monumentos ou outras estruturas. Alguns – notadamente os de períodos mais recentes – mantêm os cemitérios com todos os atributos monumentais do espaço funerário. Outros são marcados como lugares históricos para serem notados por visitantes por meio da presença de obeliscos, placas e painéis explicativos. Outros são mantidos como patrimônio pleno, incluindo as instalações de um museu, caminhadas guiadas e outros elementos de apresentação do passado. Um aspecto que nos interessa aqui é o tipo de utilização e a serviço de quem estes lugares são tidos como “especiais”. (CARMAN, 2005: 220)¹

1 Tradução do original em inglês.

Estas transformações atuais e conscientes levadas a efeito por certos agentes nos campos de batalhas são bem válidas para o caso do Contestado, em especial para a batalha do Irani de 1912, onde no local encontram-se atualmente a um só tempo, um monumento evocativo, um museu, um cemitério, placas explicativas (incluindo placa de trânsito junto a rodovia federal) e roteiro de caminhada no entorno do sítio. Em suma, é necessário desconstruir muitos conceitos originados da história militar, geralmente afeiçoada a construção do conhecimento de modo acrítico, reproduzindo lugares comuns e criando conceitos a partir do ponto de vista dos “vencedores”. Tanto o é, que muitas batalhas enquanto são enaltecidas, outras são relegadas ao esquecimento, havendo nesta polarização nítidas relações entre combates “vencidos” pelo poder constituído, e outros “perdidos”, e portanto, “vencidos pelo inimigo”. Qualquer arqueologia dos conflitos que se queira produtiva, deve se desvencilhar das amarras deste tipo de construção histórica.

O texto de Douglas D. Scott (2009) ajuda a tipologizar os tipos de sítios arqueológicos ligados as batalhas e suas estruturas e objetos associados, a partir do estudo das guerras de fronteira do século XIX no Mississippi, Estados Unidos, considerando-se que estes locais podem ser mais facilmente identificados como militares, devidos às suas estruturas e artefatos característicos gerados pelos episódios bélicos em diversas partes do mundo. A partir de um foco antropológico, o pesquisador procura relacionar o militarismo como reflexo direto da sociedade que representa, havendo muitos padrões culturais da sociedade em geral que possuem associação com os padrões militares. As implicações no registro arqueológico são evidentes, pois sítios militares muitas vezes são constituídos com objetivo de defesa dos valores culturais, sociais e econômicos de determinados povos ou seguimentos deste.

Buscando superar as interpretações e estudos predominantes de fortes e fortificações, dentre diversas contribuições ao estudo da cultura material da guerra, o autor destaca o potencial de estudos sobre o vestuário e as condições de vida dos militares, que possuem diferenciações de status sócio-econômico presentes nas roupas e acessórios, habitações, alimentos e equipamentos. Enquanto que se averigua uma maior diferenciação e individualidade na tralha de oficiais, se exhibe uma uniformidade entre a soldadesca, ao passo que para os soldados havia essa uniformização, com poucas

exceções com relação a artigos pessoais como pentes e escovas de dente, a oficialidade pode assim ser caracterizada:

As implicações arqueológicas destas dicotomias entre classes militares são óbvias. A cultura material dos oficiais mostra menos uniformidade que os soldados. Estes artigos devem ser de qualidade superior para que pudessem refletir no status sócio-econômico. A cultura material dos oficiais devem também demonstrar uma maior diversidade nas tropas, que irão refletir as preferências pessoais e a variabilidade de riqueza pessoal e status dentro do grupo, além da presença de artefatos relacionados com gênero. Especificamente, os adornos dos oficiais militares tais como botões, fivelas e insígnias são de maior qualidade do que as tralhas cedidas pelos governo para os soldados (SCOTT, 2009: 303).²

Estas diferenciações podem ser estendidas para diversos outros segmentos materiais da arqueologia dos conflitos dentro dos corpos militares, como armamentos, animais de montaria, casas individuais ou coletivas nos quartéis e as matérias-primas empregadas, barracas nos acampamentos, demais peças de vestuário e uso pessoal, e assim por diante. O estudo prossegue com a discussão de características relacionadas às fortificações, trincheiras e acampamentos que serão descritas mais adiante neste capítulo.

Como se vê, a arqueologia internacional oferece uma imensa gama de concepções teórico-metodológicas para a pesquisa em sítios arqueológicos dos conflitos, com especial atenção para os estudos sobre a guerra civil norte-americana e as guerras indígenas neste mesmo país. O trabalho de Smith e Nance (2003) por exemplo, oferece muitos subsídios para o desenvolvimento de levantamentos arqueológicos com foco em sítios militares e os tipos de materiais que podem ser encontrados, primeiro passo para um mapeamento mais consistente dos assentamentos e da cultura material da guerra do Contestado. Mas o que se teria com relação a arqueologia dos conflitos no Brasil?

Funari e Oliveira (2008) procuraram discutir a arqueologia do conflito no Brasil a partir de um desenvolvimento histórico da disciplina arqueológica, intimamente relacionada com as questões políticas nacionais. A arqueologia profissional passou por

2 Tradução do original em inglês.

um influxo a partir de 1964 com o golpe militar, implicando para este caso em particular no sufocamento de temas que poderiam ameaçar a ideologia dominante, isto é, o estudo dos conflitos sociais. Somente com a abertura política da década de 1980 é que novos enfoques entram em cena no estudo do passado material do país:

Nos últimos anos, os estudiosos têm demonstrado interesse crescente em explorar o uso da cultura material para estudar conflitos e lutas sociais, assim como na maneira como a interpretação do passado é construída pelas concepções modernas. Conflitos no passado e na sua interpretação constituem preocupações cada vez mais atuais. A sociedade caracteriza-se, sempre, pelo conflito e, a partir de uma epistemologia dialética, a experiência dos povos do passado é considerada como parte de um confronto constante entre atores sociais. A história das sociedades divididas por classes implica o estudo da apropriação de excedentes, assim como da exploração que engendra conflitos abertos e contradições internas na sociedade e das forças de dominação e resistência. A interpretação desses conflitos é maleável e subjetiva, e podemos interpretar o passado como um conjunto de textos complexos, formando um discurso (FUNARI e OLIVEIRA, 2008: 143).

Ora, é exatamente este o escopo geral desta pesquisa, que objetiva ao fim e ao cabo colocar em evidência o estudo da cultura material de grupos subalternos e dos conflitos inerentes aos projetos capitalistas! Todavia, a um certo caminho ainda a se percorrer no que concerne aos preconceitos dentro da própria comunidade de *scholars*, que em parte desconsidera estudos desta natureza como arqueológicos, e que, no dizer deles, não podem prescindir de escavações e ainda devem ter uma “antiguidade” maior que a aqui apresentadas, como se não fosse possível a existência de sítios e o estudo arqueológico de temas do século XX.

Entretanto, estes corolários tradicionais e conservadores da disciplina estão cada vez mais ruindo através de novos estudos e enfoques, mostrando o potencial do estudo do mundo material para a compreensão dos mais diversos aspectos da sociedade. Ao invés de encarar as sociedades como homogêneas, é necessário de modo crítico observar a dialética inerente que diretamente está ligada aos conflitos e tensões, com especial atenção para as relações humanas existentes no espaço capitalista. A um só tempo se faz necessário, para o avanço da arqueologia dos conflitos, refletir e submeter a crítica o modo como se produz o conhecimento, o conceito de harmonia e de culturas

arqueológicas, tidas como “pacotes fechados” no tempo a espera da interpretação dos cientistas, podendo ser tomado como ilustração e guia, as discussões sobre o estudo da cultura material do período ditatorial militar brasileiro (FUNARI E OLIVEIRA, 2008: 143-9).

Apesar de se ter já uma quantidade razoável de pesquisas no país referentes às guerras sob a ótica arqueológica, a grande maioria dos estudos se concentraram nas escavações e análises de materiais provenientes de fortificações litorâneas, com os demais aspectos dos conflitos sendo relegados a segundo plano. Para o caso particular aqui estudado, a guerra de Canudos ocorrida em fins do século XIX no sertão nordestino pode ser tomado como o episódio da história brasileira que foi objeto de intervenções arqueológicas com mais semelhanças com o Contestado, devido as seguintes razões: conta com abundante bibliografia sobre o tema; ter tido aspectos religiosos; ter havido forte resistência dos canudenses frente ao exército; movimentar a maioria do contingente efetivo do exército à época; ser considerado como um “movimento social” ligado à luta pela terra; gerar vestígios materiais com certos padrões similares em alguns casos, como cultura material inerente às guerras, cemitérios, fazendas e templos religiosos.

O arqueólogo Paulo Zanettini (2003) foi quem desde a década de 1980 se responsabilizou por coordenar projetos na região, agregando com o passar dos anos muitas informações sobre o conflito do ponto de vista arqueológico. Partindo da problemática central de como dados materiais poderiam contribuir com novas informações sobre o conflito, Zanettini realizou diversas pesquisas que resultaram na refutação de muitos corolários sacramentados na historiografia: observou que a igreja tida como de grandes dimensões era, após escavações, em realidade uma pequena capela; que havia nítidos sinais de diferenciação social na região, tomados a partir da existência de muitas louças; a existência de organização e complexidade social em Canudos, através da análise das matérias-primas e da arquitetura da igreja; o olhar na paisagem que permitiu ver as razões do assentamento de Canudos naquele lugar, determinado por fatores de ordem política, de acesso e de recursos naturais; além de inúmeros elementos obtidos a partir de esqueletos resgatados nos cemitérios do Vale da Morte, como o caso da evidência do soldado de origem africana entre as tropas do exército. De tudo, a contribuição maior para esta pesquisa, é a seguinte constatação que

o pesquisador fez que “percebíamos que a Arqueologia nos impelia, no caso de Canudos, rumo ao contato direto com os seguidores de Antonio Conselheiro, de uma forma muito interessante, permitindo penetrar no universo daqueles que não tiveram o direito e a possibilidade de escrever sua própria história” (ZANETTINI, 2003). Isto é, a arqueologia servindo como ferramenta de acesso ao conhecimento daqueles sujeitos “ausentes” de outros tipos de documentos sobre guerras e movimentos sociais.

3. Referências bibliográficas.

CARMAN, John. Battlefields as cultural resources. *Post-Medieval Archaeology* 39/2 (2005), p. 215-223.

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu e OLIVEIRA, Nanci Vieira de. A arqueologia do conflito no Brasil. FUNARI, Pedro Paulo de Abreu; ZARANKIN, Andrés e REIS, José Alberioni. *Arqueologia da repressão e da resistência: América Latina na era das ditaduras*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2008, pp. 141-149.

SCOTT, Douglas D. Studying the Archaeology of War: A Model Base don the Investigation of Frontier Military Sites in the American Trans-Mississippi West. MAJEWSKI, Teresita e GAIMSTER, David (org.). *International Handbook of Historical Archaeology*. New York: Springer, 2009, pp. 299-317.

SMITH, Samuel D. e NANCE, Benjamin C. *A Survey of Civil War Era Military Sites in Tennessee*. Tennessee Department of Environment and Conservation, Division of Archaeology, Research Series n. 14, 2003.

ZANETTINI, Paulo. Arqueologia na caatinga: arqueologia de Canudos, em Canudos ou para Canudos? *Com Ciência, Revista Eletrônica de Jornalismo Científico* n. 47, setembro de 2003. <http://www.comciencia.br/reportagens/arqueologia/arq19.shtml>, acesso em 02 de junho de 2011.